



UMA ANÁLISE CONFIGURACIONAL SOBRE OS USOS DAS TIC NA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR DURANTE A PANDEMIA

Daniel Giordani Vasques¹
Flávio Py Mariante Neto²

RESUMO

Essa pesquisa teve como objetivo analisar os usos das tecnologias da informação e da comunicação (TIC) para o ensino da Educação Física escolar em uma escola pública de ensino básico durante o ensino remoto. Para tal, os dados foram produzidos a partir de uma pesquisa-ação. Três elementos empírico-analíticos compuseram a configuração: as normas da escola, as condições de acesso e as intencionalidades pedagógicas. As transformações no ensino passaram da manutenção do vínculo dos estudantes com a escola ao aumento dos instrumentos de controle e de autocontrole e o incremento nas possibilidades de interação professor-estudante. A incorporação de um habitus educacional remoto se relaciona com a transitoriedade da configuração e das tensões. As TIC são um elemento civilizador de um processo de educação que perpassa a construção das emoções. Ao mesmo tempo que essas se transformam, potencializam-se as diferenças sociais; à educação cabe agir como fator de resistência a esses processos.

Palavras-chave: Educação Física escolar; TIC; Pandemia.

A CONFIGURATIONAL ANALYSIS ON THE USES OF ICTS AT SCHOOL PHYSICAL EDUCATION DURING THE PANDEMIC

ABSTRACT

This research aimed to analyze the uses of information and communication technologies (ICT) for teaching Physical Education in a public elementary school during remote education. For this, the data were produced from an action research. Three empirical-analytical elements composed the configuration: school norms, access conditions and pedagogical intentions. The transformations in teaching ranged from the maintenance of the students' bond with the school to the increase in control and self-control instruments and the increase in the possibilities of teacher-student interaction. The incorporation of a remote educational habitus is related to the transience of configuration and tensions. ICTs are a civilizing element of an education process that permeates the construction of emotions. At the same time that these are transformed, social differences are heightened; it is up to education to act as a resistance factor to these processes.

Keywords: School Physical Education; ICT; Pandemics.

¹ Doutor em Ciências do Movimento Humano pela UFRGS. Professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. E-mail: dgasques@hotmail.com

² Doutor em Ciências do Movimento Humano pela UFRGS. Professor da Universidade Luterana do Brasil – ULBRA. E-mail: flaviomariante@hotmail.com

UN ANÁLISIS CONFIGURACIONAL SOBRE LOS USOS DE LAS TIC EN EDUCACIÓN FÍSICA ESCOLAR DURANTE LA PANDEMIA

RESUMEN

Esta investigación tuvo como objetivo analizar los usos de las tecnologías de la información y la comunicación (TIC) para la enseñanza de la Educación Física en una escuela primaria durante la educación a distancia. Los datos se elaboraron a partir de una investigación-acción. Tres elementos empírico-analíticos componen la configuración: normas escolares, condiciones de acceso e intenciones pedagógicas. Las transformaciones en la enseñanza abarcaron desde el mantenimiento del vínculo de los estudiantes con la escuela hasta el aumento de los instrumentos de control y autocontrol y el aumento de las posibilidades de interacción profesor-alumno. La incorporación de un habitus educativo remoto está relacionada con la fugacidad de configuraciones y tensiones. Las TIC son un elemento civilizador de un proceso educativo que impregna la construcción de emociones. Al mismo tiempo que éstas se transforman, se agudizan las diferencias sociales; Corresponde a la educación actuar como factor de resistencia a estos procesos.

Palabras clave: Educación Física escolar; TIC; Pandemia.

INTRODUÇÃO

As tecnologias da informação e da comunicação (TIC) têm sido cada vez mais empregadas como instrumentos de interação e comunicação entre os indivíduos. No universo educacional, as ferramentas digitais têm se mostrado relevantes, no sentido de que podem auxiliar a aproximar a escola das crianças e jovens que, cada vez mais, têm mediado suas formas de comunicação e de acesso ao conhecimento por meio de aparatos tecnológicos. Nesse contexto, Sibilia (2012) situa as redes, a informática, as telas e as conexões como elementos de dispersão que podem ajudar a ultrapassar a crise da escola fechada em seus muros e, assim, alcançar as subjetividades contemporâneas construídas no convívio de tais dispositivos.

A pandemia de Covid-19, que exigiu o distanciamento social como medida sanitária, acabou por tensionar o mundo da educação, já que a configuração exigia o emprego das TIC como mediadoras – e, conseqüentemente, transformadoras – das relações pedagógicas. A transposição das TIC de um lugar de alternativa metodológica para um espaço de solução pedagógica – em outras palavras, de uma significação relacionada ao deslumbramento para outra ligada à necessidade – não foi automática; ao contrário, ela se deu permeada de tensões que se referiam, primeiro, às normas escolares, à avaliação, à carga horária, ao uso do ambiente doméstico e aos encontros síncrono/assíncrono; logo, as tensões diziam respeito, igualmente, às questões de acesso a equipamentos, à internet, a ferramentas e a habilidades tecnológicas.

No ensino da Educação Física durante a pandemia, algumas preocupações puderam ser percebidas, como aquelas relacionadas à saúde dos estudantes (PEDROSA; DIETZ, 2020;

SANTOS; OLIVEIRA, 2020), ao uso do espaço doméstico e à participação dos alunos nos processos pedagógicos (COELHO et al., 2020), à preocupação com os saberes corporais (MACHADO et al., 2020) e aos critérios para a seleção dos conteúdos (VASQUES; CORRÊA, 2021). Dessa forma, é possível entender que esse componente curricular lidou com tensões particulares dentro da configuração social de transformação dos formatos, das possibilidades e dos sentidos das práticas pedagógicas escolares.

Esse texto analisa o uso das TIC na Educação Física escolar, com base na teoria do processo civilizador de Norbert Elias (2011). Para este autor, existe uma tendência de longo prazo de aumento nos autocontroles dos impulsos, a qual tem relação com o aumento da interdependência entre os indivíduos. Dessa forma, o monopólio do controle da violência pelo Estado e o incremento de regras sociais de conduta tem, em um processo não linear e permeado por tensões, uma orientação para que os indivíduos desloquem os impulsos para trás da cortina da consciência e que, conseqüentemente, aumentem os tabus, as vergonhas, medos e culpas. De forma não planejada, são constituídos elementos civilizadores que controlam as emoções dos indivíduos, como é o caso das instituições escolares que ensinam aos indivíduos as etiquetas (ELIAS, 2001) de comportamento social.

Conforme Elias (2005), a separação entre “indivíduo” e “sociedade” não é a melhor forma para compreender as relações sociais. Para isso, e de modo a compreender as ações e deslocamentos dos personagens, constrói a noção de “configuração”. As configurações são, assim, as formas sociais que os indivíduos se relacionam de forma interdependente e constituem as instâncias sociais. Nessa lógica, não só o “meio” interfere no sujeito, mas esse também é um agente nas relações. A configuração é constituída por elementos que a sustentam, os quais estão sempre em tensão, já que a estabilidade da configuração e de seus elementos é sempre temporária. Cabe ressaltar, nesse sentido, que a liberdade do indivíduo é aquela de se deslocar dentro da configuração na qual ele está inserido.

Tal indissociabilidade indivíduo-sociedade pode ser concretizada na noção de “habitus” que, para Elias (1997, p. 9), significa uma “segunda natureza” ou um “saber social incorporado”. De outro modo, pode-se dizer que os aprendizados e interações sociais resultantes dos percursos do sujeito dentro da configuração são concretizados na psicogênese, a partir de comportamentos e autocontroles incorporados, na forma de habitus, ou seja, de comportamentos apreendidos e com os quais ele vai transitar na configuração.

Com base na Teoria Eliasiana, entendemos que a configuração transitória que sustenta o uso das TIC na Educação Física na pandemia é composta por certos elementos em tensão.

Nesse estudo, as normas da escola, as condições de acesso e as intencionalidades pedagógicas são os elementos configuracionais que compõem e restringem o espaço de circulação no qual os indivíduos se movimentam. Os atores (professores, diretores, funcionários, estudantes, famílias e comunidade) se mobilizam, assim, na construção de argumentos e estratégias que acabam por aceitar e se adaptar, ou, então, criticar e pôr em tensão os elementos da configuração que podem se tornar espaços de disputa.

Com o interesse voltado às preocupações pedagógicas no ensino escolar na pandemia, diversos questionamentos surgem: Quais TIC usar? Dar aula síncrona? Como dar aula prática on-line? Há espaço? Cuidar da saúde? Que conteúdos trabalhar? Quais ferramentas usar? Essas são questões que estão em disputa no campo do ensino pandêmico da Educação Física escolar, cujas respostas só são viáveis se aderentes à configuração na qual estão inseridas. De outro modo, as normas da escola, as condições de acesso e as intencionalidades pedagógicas são espaços de disputa nos quais os indivíduos se movimentam de acordo com seus comportamentos incorporados e seus desejos/objetivos.

As TIC são, em uma leitura eliasiana, um elemento do processo civilizador que age de modo a formar nos indivíduos autocontroles dos impulsos e que colocam, em outro plano, a vergonha, o embaraço, a culpa, o medo. Na realidade das escolas na pandemia, é usual que os alunos não se disponham a abrir a câmera e o microfone, a fazer vídeos ou a gravar áudios, enfim, acabam por se deslocarem a um espaço escondido, restrito ao ambiente doméstico. Da mesma forma, quando lhes é exigido uma nova série de comportamentos considerados adequados ao ambiente educacional remoto pandêmico – como, por exemplo, saber “levantar a mão” no Meet e redigir ou responder a um e-mail –, isso acaba por deslocar os autocontroles para trás da consciência na forma de vergonha, embaraço, medo.

A implementação de novas formas de relação pedagógica no ensino pandêmico, mediadas pelas TIC, faz com que os estudantes tenham que apreender novos comportamentos em forma de etiquetas que lhes exigem controlar seus impulsos e que, dada a duração e as exigências desse período, são transformadoras das suas personalidades, ou seja, da sua constituição socio e psicogenética. Tal ação pedagógica que incide na supressão de impulsos dos estudantes, característica da escola pandêmica, pode levar a novas formas de sublimação, ou seja, de transformação desses impulsos em outros traços da personalidade, o que vem sendo debatido por alguns estudiosos ao analisar o fim da pandemia e as suas marcas na personalidade dos indivíduos mais ou menos confinados.

Em outra configuração, poder-se-ia pensar que a “crise da escola” (SIBILIA, 2012)

poderia ter, nas TIC, uma forma de se reinventar, entretanto a emergência sanitária mundial exigiu, no mundo educacional, a implementação de determinadas TIC, bem como o seu aprendizado técnico-funcional e a incorporação de habitus e etiquetas de uso. Nessa configuração constituída por elementos da sociogênese e da psicogênese, formulamos as seguintes perguntas de pesquisa: quais foram as tensões no ensino da Educação Física escolar na pandemia? De que modos as TIC foram empregadas e quais foram as tensões sobre seus usos? A partir de tais elementos, esse estudo teve como objetivo analisar os usos das TIC para o ensino da Educação Física escolar em uma escola pública de ensino básico durante o ensino remoto.

METODOLOGIA

A análise configuracional (ELIAS, 2005) foi empregada para a análise dos usos das TIC na Educação Física. Tal análise pressupõe a seleção de elementos em tensão que a compõem, os quais foram constituídos na conjunção de reflexões empíricas e analíticas. Os dados foram produzidos a partir de uma pesquisa-ação (BETTI, 2009; TRIPP, 2005), a qual presume uma preocupação do pesquisador com a prática social; e a realidade, revelada “para além da casca empírica” (DEMO, 1995, p. 232), assume grande relevância. Aqui, as relações entre sujeito e objeto são de diálogo, o que corresponde à análise de Elias (2005) sobre o imperativo de se observar as interdependências entre indivíduo e sociedade.

A observação participante foi, especificamente, a estratégia empregada para a produção de dados, a partir da atuação do pesquisador como professor de Educação Física nas séries finais do Ensino Fundamental de uma escola pública. Os dados do ano de 2020 e do primeiro semestre de 2021 foram organizados a partir de anotações e de documentos construídos pelo próprio professor, assim como a partir de documentos públicos disponibilizados no site da escola, os quais passaram por tratamento analítico e de codificação de modo a construir os três elementos empírico-analíticos que compõem a configuração do ensino da Educação Física na pandemia na realidade da escola estudada: as normas da escola, as condições de acesso e as intencionalidades pedagógicas.

RESULTADOS

Normas da escola

O Estado ocupa, para Elias (2011), um lugar construído em consonância ao aumento das tensões individuais no que se refere ao controle dos impulsos, sobretudo porque, ao determinar para si o monopólio do uso da violência, inculca, nos indivíduos, restrições de comportamentos que aceleram os mecanismos civilizadores. As instituições ocupam, em uma leitura eliasiana da sociedade, um espaço similar ao do Estado, no sentido de que elas constroem regras, normas e protocolos de ação que conduzem as ações e que controlam os impulsos individuais.

A instituição escolar detém, assim, uma função civilizadora ao educar os comportamentos dos indivíduos, como aqueles necessários para interiorizar os constrangimentos e para aprender a viver em coletivos. As normas, regras e protocolos, ditos e não ditos, ensinados pela escola, são formas de pedagogizar o comportamento público e privado, aliando a “aprendizagem das boas maneiras com as bases da instrução elementar, como a leitura e a ortografia” (LEÃO, 2011, p. 10). Sendo assim, torna-se fundamental entender o funcionamento e as regras da escola para entender o quê e de que modo os alunos aprendem.

A pandemia, por sua vez, parece ter sido um rompimento no curso do processo civilizador, já que ela desestabilizou aquela configuração social anterior e fez emergir outra, temporária e tensionada, constituída a partir de elementos que se tornaram agora essenciais, como as medidas sanitárias e de distanciamento social. Ao ser transformada para o modo virtual por intermédio das TIC, a escola se viu obrigada a fazer rearranjos, o que resultou em novos modos de educar e de manter os laços com os estudantes.

Na escola estudada, essas novas normas, regras, manuais, instrumentos e controles foram sendo instituídos de forma singular, sendo que as ferramentas utilizadas em 2021 foram diferentes daquelas empregadas no ano de 2020. De modo geral, em 2020, os docentes elaboravam tarefas semanais, por disciplina escolar, em formato PDF, com tamanho limitado e preferencialmente sem envio de links, as quais eram postadas no site da escola – aos estudantes sem condições de acesso, a escola os imprimia e entregava presencialmente. As respostas às tarefas e os contatos entre estudante e professor se davam, preferencialmente, via e-mail, mas podiam ocorrer, também, a partir de outras TIC, porém sempre de modo assíncrono.

Em 2021, por outro lado, a escola elegeu a utilização do Moodle, um portal de ensino

remoto pelo qual deveria se dar o envio e a resposta de tarefas – a partir do envio de links, vídeos, sites –, bem como a comunicação estudante-professor, via chat. Nesse ano, além disso, foram realizados encontros síncronos quinzenais, não obrigatórios, no Google Meet. Desse modo, as aulas foram síncronas (via Meet) e assíncronas (via Moodle). No caso dos anos escolares analisados, o envio das tarefas e os encontros eram quinzenais.

A definição dessas regras foi tomada pela direção da escola em conjunto com uma comissão de professores, a partir da avaliação das possibilidades e dificuldades da comunidade escolar. Esse processo se deu tensionado por vozes dissonantes que clamaram, por exemplo, por aulas síncronas em 2020, por encontros semanais em 2021, por outras plataformas e TIC para contato com os estudantes. De todo modo, os jogos dos atores resultaram nesse formato apresentado.

A configuração escolar pandêmica colocou, no campo da análise das TIC, outras discussões até então marginais. Na escola analisada, foram instituídas normas e recomendações que diziam respeito: 1) ao direito à imagem – os estudantes assinaram um “termo de responsabilidade nos ambientes virtuais”; 2) ao uso de câmera e microfone – os estudantes não deviam ser coagidos a usá-los e não podiam gravar os encontros; os professores deviam informar os estudantes, gravar os encontros, porém podiam optar por não usar câmera/microfone; 3) ao uso de imagem e dados de terceiros – que deviam assinar um termo e consentir com tal uso; 4) aos encontros síncronos – deviam se dar pelo Google Meet institucional, e era recomendado desabilitar as opções de compartilhamento de tela e de acesso rápido.

Essa lista de “boas práticas” construídas pela instituição é idiossincrática do estágio pandêmico do processo civilizador na realidade brasileira, já que é composta de normas e regras de conduta que objetivam que os sujeitos ajam de modo a controlar os impulsos. É possível entender que, assim como Erasmo de Rotterdam (ELIAS, 2011) apresenta comportamentos exigidos à mesa, descrevendo o que pode o que não pode ser feito, a instituição em análise buscou criar um “manual de conduta” contemporâneo relacionado às ‘boas maneiras’ para a educação remota no contexto atual.

Ainda, cabe refletir que o processo de institucionalização das TIC – da informática, das telas e das conexões – tornou ordinários elementos que outrora se destacavam nos processos pedagógicos, especialmente, por causarem encantamento (SIBILIA, 2012). Tal processo de ‘burocratização do feitiço’, exigido pela configuração pandêmica ao deslocar determinadas TIC para esse lugar necessário e institucionalizado, transformou os sentidos dos usos dos aparatos

tecnológicos na escola. Assim, estavam em curso novas normas, regras, manuais, reuniões, uniformidades, controles e instrumentos.

A transfiguração das TIC e dos rituais escolares, ao mesmo tempo que exigiu novos aprendizados e comportamentos dos indivíduos – no sentido de *habitus* –, tende a exigir da escola novas formas de aproximação com o estudante e de encantamento desses com a educação formal. Com base em tal raciocínio, é função docente pensar, em tempos pandêmicos, em como se aproximar, atrair e manter os estudantes nessa escola.

Condições de acesso

As condições de acesso foram um elemento fundamental para a construção das normas da escola, o que mostra os elementos da configuração em relação de tensão e de interdependência funcional. A escolha por não atuar de forma síncrona em 2020 é um exemplo de tensão – já que havia atores da comunidade que insistiam nos encontros síncronos –, o que mostra a interdependência com as normas, e que pode ser concretizado em anúncio no site da escola que afirmava que a escolha pelo envio de tarefas/atividades aos estudantes em formato PDF se dava com o intuito de “preservar o vínculo do estudante com o colégio”. Como muitos estudantes teriam dificuldade de acesso a aulas no formato *on-line*, a escola resolveu que não haveria essa modalidade naquele primeiro ano de pandemia.

Tal postura, ao considerar as inequidades de acesso a meios eletrônicos na pandemia, se ancora em um código de valor humanista e democrático (ELIAS, 1997) e se opõe à lógica de outras instituições de ensino, sobretudo, algumas escolas privadas, cujos elementos da configuração foram tensionados de modo que as aulas *on-line* síncronas foram uma exigência para a qual a escola tinha pouca margem de ação para contestar. Cabe ressaltar que, com os mesmos argumentos da escola analisada, algumas escolas das redes municipais e estaduais também tensionaram os encontros síncronos.

A escola lançou, em agosto de 2020, dois editais de inclusão digital que visaram atender aos estudantes que não possuíam acesso a equipamentos de informática e/ou à internet. Até então, os estudantes e suas famílias que não tinham condições de acesso recebiam as tarefas por *Whatsapp*, via orientação educacional nos telefones celulares ou, ainda, em alguns casos, presencialmente na escola. Os alunos sem equipamento em condições de uso receberiam emprestado um tablet, o qual deveria ser usado somente para fins acadêmicos, cujo responsável assinaria um termo de compromisso. Ademais, o edital previa o pagamento de 70 reais por mês

por até quatro meses (de setembro a dezembro) para pagamento de internet, situação para a qual o estudante ou o responsável deveria enviar comprovação da contratação de plano em até uma semana.

O tablet, apesar de ser um instrumento prático para ler e assistir a vídeos, certamente não é a melhor ferramenta para escrever; e a escrita de textos vinha sendo fartamente solicitada como tarefa nos estudos dirigidos remotos da escola. Sendo assim, apesar de conceder acesso ao equipamento, cabe ressaltar que a dificuldade para se escrever em um tablet acaba por conservar certo distanciamento para com estudantes que, por exemplo, têm computadores em casa, equipamento esse que, minimamente, tem como vantagens mais facilidade para a escrita/digitação e mais ergonomia. Por outro lado, o acesso à internet e a um tablet possibilita o acompanhamento de aulas síncronas.

Entretanto, parecem mais efetivas na questão de acesso a equipamentos de informática as ações de um projeto beneficente realizado na escola para doar equipamentos (e juntar dinheiro para seus consertos) a estudantes com dificuldades. Essas doações, porém, se constituíram de movimentos de alguns funcionários e não se concretizaram como proposta institucional. Tal projeto doou computadores, até junho de 2021, a cerca de 180 estudantes, além de ter estendido a doação a alguns servidores terceirizados da escola. Essas ações, necessárias em tempos emergenciais, são fruto da ineficiência (ou inexistência) de políticas públicas do Estado no tocante ao acesso a equipamentos de informática, acabando por transferir a responsabilidade do Estado para a esfera da ação individual.

Assim, por considerar que, em 2021, a ampla maioria dos estudantes tinha equipamentos para acessar os conteúdos do ensino remoto e, também, para frequentar os encontros síncronos, a instituição optou por esse modelo de ensino. Outras tensões referentes às TIC surgiram nesse momento: alunos sem microfone e sem câmera; sem acesso à internet – por vezes, usando o plano de dados do celular para ir ao encontro síncrono; um só computador na casa para vários estudantes – que, por vezes, tinham aula ao mesmo tempo; o uso de celular para responder tarefas – difícil para escrever textos. Tais tensões fizeram a escola e as equipes pedagógicas docentes repensarem estratégias: realizar um encontro síncrono a cada duas semanas; desobrigar a presença no encontro síncrono, gravar e disponibilizar as aulas; aceitar tarefas atrasadas.

Além disso, o setor de apoio pedagógico percebeu dificuldades de alguns estudantes no que se refere às habilidades tecnológicas para saber ligar e desligar um computador; para reconhecer o desligamento da tela (suspensão) no modo de espera; para encontrar, ‘baixar’,

salvar e ‘subir’ arquivos; além das dificuldades referentes ao uso do Moodle. De modo geral, duas estratégias foram feitas: uma no sentido de tolerar entregas atrasadas de tarefas e de não exigir a presença no síncrono; e outra na formação de grupos de apoio para ensino de habilidades digitais aos estudantes, formado por estudantes de graduação bolsistas/estagiários e por alguns professores. Tais estratégias visavam, mais uma vez, dar condições para que todos tivessem acesso aos processos de ensino-aprendizagem durante o período de distanciamento social.

Por outro lado, ao pensar em condições de acesso há de se considerar outros elementos que a configuração social pandêmica trouxe para a realidade da vida social, como as demandas domésticas e as condições mínimas de sobrevivência. Não foram poucos os relatos de estudantes que precisavam cuidar dos irmãos mais novos, cuidar da casa e cozinhar. As tarefas domésticas aumentaram em razão de as pessoas estarem mais tempo em suas casas, e isso vinha sendo realizado, em parte, pelas crianças e jovens. Ainda, a dificuldade na organização das rotinas desses estudantes também tem sido percebida pelas instituições escolares, e faz sentido dada a imposição de novas necessidades e a nova configuração familiar, na qual, muitas vezes, os adultos saem para trabalhar, e as crianças e jovens ficam em casa.

Em tempo, o aumento da pobreza da população brasileira nos últimos anos, que foi agravada pela imobilidade do Estado durante a pandemia, ressoa nas condições de acesso à educação. Para muitas famílias, a preocupação principal durante a pandemia é a dignidade humana de ter condições de se alimentar e de ter um lugar para morar. Enfim, ao mesmo tempo que a participação dos estudantes e o diálogo foram fragilizados com essa nova configuração educacional que tem as TIC como mediadoras, existem urgências humanas – que, por vezes, nem mesmo a escola fica sabendo – que exigem pensar para além das paredes, ou redes, da escola.

Intencionalidades pedagógicas

As intencionalidades pedagógicas docentes tratadas aqui se referem à prática pedagógica da Educação Física escolar nas turmas de 8º e 9º anos do Ensino Fundamental durante o ano letivo de 2020 e o primeiro semestre de 2021. Elas são um elemento importante da configuração, em interdependência com os demais, porque mostram os cotidianos do “chão da escola”. Ainda, a análise desse elemento auxilia a retratar as tensões entre as possibilidades vislumbradas e as dificuldades percebidas. Pensar as intencionalidades pedagógicas nessa

realidade exige, ainda, entender que a margem de ação docente se restringe à configuração escolar temporária e em fase de incorporação, e, portanto, é limitada e circunspecta àquele espaço-momento.

Com base na teoria do processo civilizador (ELIAS, 2011), é possível pensar a Educação Física como uma disciplina que educa o indivíduo para o controle das emoções, sobretudo, porque as práticas corporais são elementos de lazer mimético, portanto visam facilitar a manifestação de determinadas emoções que, em outros espaços sociais, devem ser controladas. Ainda assim, existem formas socialmente aceitas para demonstrar a excitação nas práticas corporais e no esporte (ELIAS; DUNNING, 1992), e as aulas de Educação Física escolar são, tradicionalmente, um local para esse aprendizado, ou seja, um elemento civilizador. A inculcação de comportamentos, a correção de gestos motores, as formas de interação social são objetos de intervenção pedagógica do campo que visam incorporar autocontroles na psique dos estudantes, adequando-os para a vida social.

As intencionalidades pedagógicas na Educação Física escolar são resultantes das construções de vida do professor, e se dão com base nas preocupações, condições e prioridades constituídas a partir das suas experiências. A análise das práticas pedagógicas docentes da Educação Física na pandemia na escola em questão resultou no realce de cinco preocupações, as quais foram fundamentais naquele espaço.

A seleção dos conteúdos foi um elemento importante. A escolha pedagógica foi que os estudantes continuariam a estudar os mesmos conteúdos que estavam previstos anteriormente à pandemia, porém o fariam de forma mais restrita, dadas as circunstâncias, e com diferentes abordagens para facilitar o acesso ao conteúdo. Em 2020, de modo assíncrono por envio de tarefas, foram objeto de estudo Ginástica, Futebol, Jogos e Capoeira; no primeiro semestre de 2021, de modo síncrono e assíncrono, foram trabalhados Atletismo e Práticas de aventura.

A saúde dos estudantes também foi uma preocupação pedagógica da Educação Física escolar, o que foi manifestado, também, por Pedrosa e Dietz (2020), e por Santos e Oliveira (2020). A associação e a representação da Educação Física como saúde auxiliaram, em alguma medida e em uma perspectiva crítica sobre essa relação, a inserir esse elemento na prática pedagógica. Aulas de yoga e de ginástica de condicionamento físico foram frequentes nas tarefas assíncronas em 2020.

A preocupação com os saberes corporais foi constante ao longo desse período, e também foi percebida por Machado et al. (2020). Assim, em todas as aulas/tarefas/encontros, era solicitada para o estudante a prática corporal daquele elemento da cultura corporal. Os saberes

corporais são imperativos da Educação Física e, tendo em vista que a configuração da escola no ensino remoto – no computador e a partir de textos – privilegiou os saberes conceituais e dificultou a vivência corporal, a preocupação com a “prática” direcionou a Educação Física nesse período. O uso de filmagens, mas também de desenhos e de relatos da prática foi cotidiano.

O uso do espaço doméstico era também uma preocupação, tanto no que se refere às limitações de atividades possíveis impostas pelo tamanho do espaço disponível e pela ausência de materiais, quanto pelos cuidados com a privacidade dos estudantes. Assim, foram escolhidas atividades corporais possíveis de serem realizadas em espaços pequenos (p. ex., parkour dentro de casa) – ou que houvesse essa opção – e com pouco uso de materiais, ou que estes pudessem ser facilmente criados/adaptados (p. ex., discos, pesos e martelos adaptados), assim como foram tomados cuidados para manter a privacidade das imagens e vídeos encaminhados.

Por fim, a participação dos estudantes na realização de tarefas e nos encontros síncronos tornou-se uma preocupação, dado que quase a metade deles não enviava tarefas e não comparecia aos encontros. Com o intuito de aumentar a participação, as tarefas, a avaliação e os prazos foram flexibilizados para que os alunos se sentissem dispostos, motivados a participar, ao passo que as condições de acesso foram um objetivo da instituição.

Diversas estratégias tecnológicas foram empregadas para o trato pedagógico da Educação Física escolar nesse período: e-mail, Moodle, vídeos, textos, encontros síncronos, tabelas, conceitos e pareceres, contato via e-mail, chat/Moodle, entregas em vídeo/desenho/texto/relato/respostas. As estratégias didáticas foram, portanto, caminhos docentes percorridos dentro da configuração social, no emprego de certas estratégias tecnológicas e permeadas pelas preocupações pedagógicas, entre elas, a seleção dos conteúdos, a saúde, os saberes corporais, o espaço doméstico e a participação.

O aprendizado nesse contexto transformou os sentidos, os conteúdos e as relações pedagógicas na escola. Ainda, exigiu um processo de ação-reflexão (FREIRE, 2019) docente sobre as TIC, que fez com que as estratégias fossem sendo avaliadas e modificadas a partir das experiências anteriores. Os aprendizados dos estudantes também foram sendo entendidos ao longo desse período, tanto no que se refere ao uso dos aparatos tecnológicos como aos comportamentos adequados exigidos. Cabe destacar que, nesse caminho, ainda houve uma alteração de procedimentos no início de 2021, quando se deu a transposição do ensino remoto para o Moodle e a inclusão de encontros síncronos, a qual exigiu novos aprendizados, adaptações e amadurecimentos de todos.

A incorporação de um habitus educacional pandêmico é um processo que exigiu tempo, dedicação e flexibilidade. Essa configuração educacional, provisória, trouxe uma série de dificuldades para os docentes e para os estudantes, tanto no que se refere às condições de acesso, como referido, quanto nos processos de ensino-aprendizagem, já que as intencionalidades pedagógicas docentes durante esse período foram diminuídas, reduzidas, flexibilizadas para buscar atender a todos, de forma a prevalecer a urgência do cuidado e da vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse estudo, que teve como objetivo analisar os usos das TIC para o ensino da Educação Física escolar em uma escola pública de ensino básico durante o ensino remoto, foi construído com base na aparato teórico-metodológico de Norbert Elias. Para isso, se empregou a análise de três elementos configuracionais que sustentaram o uso das TIC no contexto analisado: as normas da escola, as condições de acesso e as intencionalidades pedagógicas.

As análises realizadas indicam que a configuração educacional pandêmica foi transformada ao longo dos 16 meses de ensino remoto que foram objeto de análise. Tais mudanças passaram da manutenção do vínculo dos estudantes com a escola, que era o primeiro objetivo da instituição, ao aumento dos instrumentos de controle e de autocontrole dos atores envolvidos, como é possível observar nos documentos e práticas propostos. Além disso, é possível perceber, ao longo desse período, o aumento das possibilidades de interação entre professor e estudante.

As TIC demandaram um amadurecimento no que se refere à incorporação de seu uso na rotina escolar remota, já que os atores precisaram adequar as rotinas de trabalho/estudo, aprender as suas possibilidades e vivenciar as ferramentas para atingir um estágio desenvolvido de maior autonomia. Entretanto, a incorporação de um habitus educacional remoto é, em alguma medida, transitória, tendo em vista que as normas da escola se transformaram radicalmente de 2020 para 2021, e na mudança para um ensino “híbrido” com ensino presencial e remoto – modelo já adotado por diversas instituições de ensino. Tais características desvelam uma interdependência amadurecimento-transitoriedade na incorporação de habitus na configuração da educação pandêmica.

No campo da Educação Física, a próxima etapa de ensino híbrido ou presencial deverá ainda exigir medidas sanitárias que vão diminuir a interação entre os corpos e com objetos. Desse modo, ‘como atuar com práticas corporais?’, ‘quais práticas realizar?’ e ‘que Educação

Física é essa?’ são perguntas e tensões que demandam amadurecimento para serem respondidas. Cabe, no entanto, reforçar a transitoriedade da configuração e das tensões que sobre ela se acarretam. De toda maneira, a reorganização do ensino da cultura corporal na escola, para um modo híbrido ou presencial, se dará em meio a tensões sobre os conteúdos, a saúde, os saberes corporais e a participação entre outros possíveis elementos em disputa.

A transformação das emoções e a incorporação de *habitus* são elementos configuracionais que, na configuração pandêmica, superestimulam as emoções e as diferenças configuracionais. Assim, ao mesmo tempo que se constrói um indivíduo com a incorporação de um *habitus* escolar, faz-se necessário pensar nas emoções que transcendem esse espaço e que são constitutivas dos indivíduos que vivem a pandemia. Como entender o ensino nessa configuração em relação a um indivíduo que sente a intensificação das emoções?

As TIC não podem ser entendidas como meras ferramentas, mas sim como um elemento civilizador de um processo de educação que perpassa a construção das emoções de um elemento configuracional que está imbricado por essas mudanças nas relações humanas. As emoções transcendem o mero formalismo da ferramenta. Ou seja, se está transformando o indivíduo a partir de emoções superestimuladas, o que se coaduna com essas mudanças no embaraço, no medo, na vergonha, que não são resultantes das TIC, mas das mudanças configuracionais pandêmicas que há.

Ao mesmo tempo que se transformam as emoções, também se potencializam as diferenças sociais. Em uma visão horizontalizada do fenômeno, as condições de acesso devem ser analisadas tendo em vista um processo que visa à intensificação das diferenças econômicas e sociais. Como lidar com o aumento da desigualdade em espaços educacionais que visam à inclusão e à igualdade? A educação deve agir como fator de resistência a esses processos. Se a pandemia aumentou as diferenças, como lutar por uma educação que vise à inclusão e à igualdade? Que configuração é essa? Onde ficaríamos e onde estamos dentro do processo civilizador?

REFERÊNCIAS

- BETTI, Mauro. Educação Física escolar: ensino e pesquisa–ação. Ijuí: Ed. da Unijuí, 2009.
- COELHO, Carolina Goulart; XAVIER, Fátima Vieira da Fonseca; MARQUES, Adriane Cristina Guimarães. Educação Física escolar em tempos de pandemia da COVID-19: a participação dos alunos de Ensino Médio no ensino remoto. *Intercontinental Journal on Physical Education*, v.3, n.2, 2020.
- DEMO, Pedro. Metodologia científica em ciências sociais. São Paulo: Atlas, 1995.

- ELIAS, Norbert. Os alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- ELIAS, Norbert. A sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- ELIAS, Norbert. Introdução à sociologia. Lisboa; 2005.
- ELIAS, Norbert. O processo civilizador, volume 1: uma história dos costumes. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.
- ELIAS, Norbert; DUNNING, Eric. A busca da excitação. Lisboa: Difel, 1992.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 71ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2019.
- LEÃO, Andréa Borges. Norbert Elias e a educação. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.
- PEDROSA, Gabriel Frazao Silva; DIETZ, Karin Gerlach. A prática de ensino de Arte e Educação Física no contexto da pandemia da COVID-19. Boletim de Ocorrência, v.2, n.6, 2020.
- SANTOS, Dilce Melo; OLIVEIRA, Ísis Fabiana de Souza. A ansiedade durante a pandemia do COVID-19 para os alunos do CEAAT/IAT em Salvador-Bahia: interlocução entre Educação Física e Psicologia. Estudos IAT, v.5, n.3, p.3-21, 2020.
- SIBILIA, Paula. Redes ou paredes: a escola em tempos de dispersão. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.
- TRIPP, David. Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 443-466, set./dez. 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ep/v31n3/a09v31n3.pdf>
Acesso em: 27/05/2020.
- VASQUES, Daniel Giordani; CORRÊA, Ivan Livindo de Senna. Conteúdos da Educação Física escolar durante a pandemia: ações pedagógicas possíveis. No prelo. 2021.